

DIFERENTES CAMINHOS PARA A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO ACERCA DO URBANO

DIFFERENT WAYS TO PRODUCTION OF KNOWLEDGE ABOUT THE URBAN

Thiago Andrade Santos

¹ Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, MG, Brasil

Correspondência para: Thiago Andrade Santos (thiago_andasant@yahoo.com.br)

doi: 10.12957/geouerj.2016.16281

Recebido em: 1 mai. 2015 | **Aceito em:** 2 fev. 2016



RESUMO

Neste artigo, busca-se analisar algumas das mais recorrentes abordagens acerca do processo de urbanização e suas principais contribuições e limitações. Partimos do pressuposto de que os textos que estabelecem os nexos entre o urbano e a ideia de espaço socialmente produzido estão na vanguarda dos estudos urbanos, pois são abordagens que evitam ortodoxias e trazem uma abordagem mais espacial acerca dos processos sociais. Em relação aos estudos urbanos, a abordagem aberta e apontada para o possível de Henri Lefebvre possui os insights teóricos mais bem desenvolvidos na atualidade, pois ele foi quem melhor entendeu a dialética e a componente espacial desse processo. Outras importantes contribuições trouxeram diferentes abordagens. Nesse sentido, nosso enfoque busca mostrar a importância de ligarmos as parcelas retiradas da realidade aos processos sociais que se desenvolvem em escalas diferentes e constituem diferentes espaços e tempos. Tal enfoque deve incluir os estudos acerca do fenômeno urbano. Para tal finalidade, a teoria do espaço socialmente produzido desenvolvida por Lefebvre trouxe grandes contribuições e permite que se pense o urbano em uma perspectiva dialética, o que implica a revelação de suas conexões com a totalidade dos processos sociais.

Palavras-chave: Urbanização; Urbano; Espaço; Teorias urbanas; Dialética.

ABSTRACT

This article seeks to analyze some of the most frequent approaches of the urbanization process and its main contributions and limitations. We assume that studies which establishes links between the urban and the socially produced space are at the forefront of urban studies, because this approaches avoids orthodoxies and includes an spatial view about the social processes. In relation to urban studies, the Henri Lefebvre theoretical insights are opened and pointed to the possible. This is the best approaches today because he was the one who best understood the dialectic and the spatial component of this process. Another important contributions brought different approaches. In this sense, our approach seeks to show the importance of making connections between portions taken from the social reality developed at different scales, spaces and times. It has to include urban phenomenon studies. For this purpose, the socially produced space theory developed by Lefebvre brought great contributions and allows we think the city in a dialectical perspective, which implies the revelation of his connections with the social processes totality.

Keywords: Urbanization; Urban; Space; Urban theories; Dialectic.

INTRODUÇÃO

Esta reflexão busca trazer elementos que auxiliem na complexa tarefa de uma primeira aproximação teórica com o processo de urbanização. Almeja-se recuperar algumas das principais abordagens que estão presentes nos estudos urbanos no Brasil e em muitos outros países. Trata-se de um ensaio que

não tem o objetivo de esgotar o tema, mas apenas trazer elementos para esse intenso debate. Julgamos ser importante a realização de apontamentos que, sem que se caia na tentação de buscar modelos ideais, identifiquem até que ponto alguns dos principais discursos construídos acerca do processo de urbanização podem fornecer subsídios a novas investigações e interpretações que deem conta da condição de totalidade aberta e em ato, e de realidade historicamente constituída assumida pelo fenômeno urbano. Devemos entender a urbanização como parte da constituição de um processo civilizador ancorado na valorização do valor. A iniciativa para a presente pesquisa partiu de observações e leituras realizadas pelo próprio autor, nas quais verificou-se que certas abordagens ainda são muito recorrentes nos estudos que tratam o tema da urbanização. A contribuição deste ensaio é mostrar em que medida e sob quais aspectos essas abordagens recorrentes entram em conflitos ou convergências entre si e com a própria realidade. Esta pequena reflexão é apenas um aperitivo acerca desses debates tão intensos dentro da teoria social crítica dos séculos XIX, XX e XXI, funcionando apenas como um convite a leituras com maior profundidade acerca dessas questões levantadas¹.

Desde os estudos de Engels acerca da situação da classe trabalhadora de Manchester, a magnitude alcançada pelo processo de urbanização e modernização, a partir do século XIX², tem estimulado diversos pesquisadores a dar mais atenção a essa realidade que se expande diante dos olhos de todos. O próprio Marx, em *O Capital*, já considerava a importância das cidades e da urbanização para a reprodução do capital, embora não haja uma sistematização mais elaborada sobre esse tema em seus escritos, uma vez que a sua preocupação nesse texto era revelar a lógica do capital. Marx, acertadamente, conferiu centralidade à compreensão da lógica do capital e foi ele quem melhor compreendeu as determinantes que regem seus elementos fundadores e reprodutores. Não por acaso, seus textos são a base para toda uma importante tradição de estudos urbanos que contam com autores como; Henri Lefebvre, David Harvey, Manuel Castells, Jean Lojkine, Christian Topalov e tantos

¹ As reflexões que compõem este estudo derivam de leituras realizadas para a realização de minha dissertação, mas que acabaram não entrando na versão final do trabalho. Esses textos ficaram apenas como material de estudos, mas optei por publicá-los para aproveitar as reflexões realizadas, pois se mostraram relevantes para uma primeira aproximação com um material que trata da urbanização.

² Outros bons textos para a compreensão da urbanização na Europa do século XIX são; BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. Editora Brasiliense. São Paulo, 1982. Ver também BENEVOLO, Leonardo. *As origens da urbanística moderna*. Editora Presença, Portugal e Livraria Martins Fontes, Brasil. 1983.

outros. Cada um desses estudiosos, a sua maneira e com suas especificidades, dentre outros assuntos, escreveram sobre a urbanização da sociedade, tendo como instrumentos para a análise das práticas sociais aportes teóricos, conceituais e metodológicos iniciados ou refinados com os estudos de Marx e Engels.

Essa pesquisa parte de alguns pressupostos essenciais. Entende-se que a perspectiva marxiana é fundamental para a compreensão da urbanização, pois, sendo esta parte das estratégias reprodutivas do capital, não se pode tratar o fenômeno urbano como uma totalidade fechada em si mesma. Por esse motivo, a abordagem lefebvriana acerca do espaço socialmente produzido com sua perspectiva voltada para o não instituído não pode ser desconsiderada. Tal investigação se faz necessária, pois verificamos que ainda persistem interpretações parciais acerca da urbanização, da metrópole, da cidade e do urbano, visões fragmentadas alienadas e alienantes que acabam por induzir ao conjunto do conhecimento produzido acerca dessa realidade ações, reivindicações, indagações, apropriações, intervenções e críticas também fragmentadas.

Há certa dificuldade em religar os nexos dos fatos sociais ao movimento da totalidade em seu constante processo de totalização. Para exemplificar, pesquisadores como os da chamada Escola de Chicago, munidos de elementos analíticos, metodológicos, políticos e ideológicos vigentes no início do século XX, analisaram o fenômeno urbano como algo quase totalmente explicável por métodos quantitativos ou advindos das ciências naturais. Pensar o fenômeno urbano apenas por esse prisma pode levar a equívocos, entretanto, ainda é possível identificar a influência de tais interpretações em diversas narrativas. Os fenômenos sociais não podem ser estudados partindo-se do pressuposto de que a ação humana é determinada apenas pelas leis da natureza. Escondida em meio a um mar de ideologias, alienações e fetichismos, produtos de interesses escusos pelo poder, há uma lógica que produziu e produz o tecido urbano das cidades e que agrupa também interesses coletivos de grupos ou classes motivados ou motivadores de uma política, de uma economia, de um modo de vida, de uma moral, de uma cultura, de uma prática etc. Na contemporaneidade, essa lógica é a reprodução ampliada do valor. Desse modo, parte-se do pressuposto que a urbanização deve ser estudada, acima de tudo, estabelecendo seus nexos com a ideia de espaço e de tempo, funcionando indissociavelmente dentro de

uma totalidade aberta regida pelo Estado e pelo capital, uma vez que sua gênese se confunde com a tomada das cidades pela indústria.

Não é incomum nos depararmos com pesquisas meramente descritivas ou que tratam a urbanização como algo que apenas vai amontoando e concentrando coisas em determinada porção do espaço. Apesar de representarem um bom começo para uma aproximação com o real, tais estudos não dão conta da historicidade dos fatos sociais e do próprio movimento dialético do real. Tais abordagens acabam reverberando no senso comum ou em campanhas publicitárias como a da prefeitura de Belo Horizonte, que em um comercial veiculado nos meios de comunicação ameniza o estranhamento à metrópole ocultando a natureza contraditória dos iminentes “problemas urbanos”³ e procura justificar uma de suas muitas obras na cidade, obras do Boulevard Arrudas, de forma simplória, dizendo simplesmente que “a cidade cresceu, o número de carros aumentou e as obras tinham que ser feitas no meio de tudo isso”. Qual o sentido dessa ocultação? A necessidade de intervenções pela cidade não deixa de ser verdadeira, no entanto, os problemas urbanos são apenas sintomas de algo mais amplo. Eles são contradições próprias do modo como o capital se apropria das cidades.

Interpretações com forte carga ideológica como essas escondem as relações e as lógicas que regem o real e impõem uma interpretação parcial e fragmentada da realidade, que objetiva a ocultação das reais determinações dos fatos sociais. O setor automotivo, como qualquer outro setor do capital, busca a sua reprodução ampliada e vai sempre buscar vender o máximo de carros que for possível sem se importar se há espaços nas ruas para eles. Mas, em seu comercial, a prefeitura de Belo Horizonte dá a entender que a causa dos problemas urbanos são os automóveis e a falta de estrutura da cidade, em especial a largura das ruas, mas se cala quanto a essa lógica reprodutiva do capital que irá, cada vez mais, entulhar automóveis nas ruas. Percebe-se que nesse tipo de interpretação ou abordagem a urbanização é mostrada como uma totalidade em si mesma e não como um processo que faz parte de algo mais amplo. Para além desse fato, o ambiente urbano e o próprio espaço são colocados como um simples

³ Está entre aspas, pois é uma expressão muitas vezes internalizada sem críticas e penso que é importante irmos além de sua utilização mais voltada para o senso comum.

palco para os processos sociais e que, desse modo, basta mover as peças sobre esse tabuleiro para solucionar os seus problemas.

Nesse sentido, almeja-se discutir a perspectiva de algumas das principais abordagens sobre o chamado fenômeno urbano, pensando em suas possibilidades e impossibilidades de fornecer instrumentos analíticos para a compreensão da sociedade contemporânea. É necessário salientar que a leitura desses autores e de seus textos está voltada para os temas que tocam a urbanização, portanto, não se pode tomar este estudo como base para a compreensão da totalidade de suas obras e de seus pensamentos. Muitos desses autores possuem análises que extrapolam o tema da urbanização e pelos limites e pelo objetivo dessa pesquisa não serão analisadas.

A URBANIZAÇÃO NA PERSPECTIVA DA ECOLOGIA HUMANA

A compreensão do processo de urbanização ganhou análises mais empíricas com os estudos da Escola de Chicago. Estas pesquisas com forte inspiração nos textos de Darwin, Durkheim e Simmel ganharam destaque por seus estudos acerca do processo de urbanização de Chicago, nos Estados Unidos, no início do século XX, cuja industrialização e o aumento populacional transformavam a cidade em ritmo acelerado. Embora apresentem fragilidades, são estudos que têm sua relevância, pois trouxeram importantes conhecimentos, principalmente empíricos, acerca da vida em uma grande cidade americana do início do século XX e influenciaram outras visões subsequentes. Falando em linhas gerais e, especificamente, de suas abordagens acerca do processo de urbanização, esses pesquisadores entendiam a cidade como um organismo equilibrado dividido em partes desconexas, no qual o corpo social se relaciona de forma similar à luta das espécies animais e vegetais para sobreviverem em meio a um ambiente hostil. Tais abordagens mostram-se insuficientes para a compreensão mais abrangente do processo de urbanização por tentarem entender a organização e a produção do espaço, essencialmente, como uma “competição entre os indivíduos, em analogia à ideia biológico-evolucionista de ‘luta pela vida’ e ‘sobrevivência do mais forte’”, subestimando, por exemplo, as determinações impostas pela luta de classes (SOUZA, 2003, p. 26). Esses estudos não mostram a economia política por trás do processo de urbanização.

O fenômeno urbano, resultado das transformações na/da cidade, em larga medida tornada força produtiva para a produção industrial, não pode ser apreendido apenas pelos aspectos culturais ou naturais sem que nexos sejam estabelecidos com as determinantes econômicas, espaciais, históricas, ideológicas e políticas imanentes ao processo de urbanização que, por seu turno, nasceu em paralelo com o modo de produção capitalista. A atitude blasé utilizada por Simmel ([1902] 1973, p. 15-16) para descrever, à sua maneira, o homem metropolitano, fruto do processo de urbanização, já identifica que esses sujeitos perseguem o prazer pelo consumo, tem relações sociais mediadas pelo dinheiro e se expõe a uma quantidade absurda de estímulos nervosos.

Ao contrário de Engels, os representantes da Escola de Chicago, especialmente Robert Ezra Park e Louis Wirth, por seu turno, analisavam a cidade de Chicago como uma entidade separada, aplicando nessa área demarcada conceitos da ecologia (BASSET; SHORT, 1980, p. 9, tradução nossa). Esse tipo de abordagem possui raízes em Émile Durkheim, que em suas análises chegou a tratar a desigualdade social como uma condição natural da sociedade, pois, para ele, “a sociedade é um organismo e as classes sociais dentro da sociedade são órgãos”, por conseguinte, algumas dessas classes recebem mais recursos, assim como alguns desses órgãos recebem mais sangue e isso se explica por sua maior importância para o funcionamento de uma totalidade (LÖWY, 1985, p. 53). Esse tipo de raciocínio de Durkheim, em alguma medida, se faz presente nos estudos da Escola de Chicago, muito em função de uma empiria pouco munida de elementos teóricos, conduzindo a um conformismo social diante de uma realidade em constante mutação.

Há implícito nesse pensamento um perigoso ocultamento das contradições inerentes aos processos sociais sob o modo de produção capitalista. Portanto, transpor esse pensamento para a compreensão da urbanização naturaliza contradições e conflitos que são imanentes a esse processo e que explicitam a sua razão de ser. Para Park ([1916] 1973, p. 26), “a cidade não é meramente um mecanismo físico e uma construção artificial. Está envolvida nos processos vitais das pessoas que a compõem; é um produto da natureza, e, particularmente, da natureza humana”. Na fala de Park, também há uma perigosa naturalização do urbano enquanto um fenômeno que se processa apenas pela soma de iniciativas individuais e não como um processo que resulte, concomitantemente, de uma sociedade

marcada pela atuação de um Estado e pelo antagonismo entre as classes e grupos sociais. Essa perspectiva fetichiza o processo de urbanização, por não permitir o estabelecimento de uma relação com a dimensão espacial da totalidade social, o que confere um caráter determinista a essas análises. Essas pesquisas, que também ficaram conhecidas como Ecologia Humana, compreendiam o espaço como um dado cartografável, apenas. Seus conteúdos sociais, fetichizados, aparecem apenas como o reflexo da influência do meio no qual estão inseridas as cidades.

Louis Wirth ([1938] 1973) buscou desenvolver uma teoria acerca do urbano e o fez estabelecendo uma separação entre os modos de vida urbano e rural. Na perspectiva de Wirth, o urbanismo, que para ele é o mesmo que fenômeno urbano, não se define apenas pela quantidade de pessoas que moram em determinada cidade. Nessa perspectiva, o fenômeno urbano, mais que qualquer outra determinante, seria um modo de vida que altera as relações entre os indivíduos e é isso que o caracterizaria. Por essa visão, os modos de vida dos seres humanos são transformados à medida que a cidade se transforma, mas não toca na dissimetria de poderes dos agentes responsáveis pelas transformações da e na cidade. Do ponto de vista político, os cidadãos eram analisados como uma massa amorfa dentro das cidades e o termo multidão, por exemplo, poderia ser utilizado para defini-los. Havia uma cegueira em relação aos aspectos políticos no espaço das cidades representados por agitações ou possíveis reivindicações sindicais. O fenômeno urbano era estudado como se a cidade passasse de criatura oriunda da mão e da mente humana e expressão das relações sociais para uma forma criadora do processo de humanização do homem. Como aponta Lefebvre ([1970] 1999, p. 52) ao criticar abordagens como as da ecologia humana, a perspectiva descritiva fenomenológica permite conhecer a morfologia, os fluxos e os horizontes da vida urbana, mas não permite avanços em relação ao vivido, nem que se conheçam as relações mais abstratas que, de fato, constituem e, também, produzem o fenômeno urbano.

A URBANIZAÇÃO NA PERSPECTIVA DA ECONOMIA REGIONAL E DA GEOGRAFIA TEORÉTICA

As pesquisas realizadas pela Economia Regional e pela Geografia Teorética acrescentaram outros elementos às análises acerca do processo de acumulação, ao atribuir mais destaque à sua forma espacial. A análise regional realizada por essas pesquisas tentavam entender os padrões de localização

das atividades produtivas no espaço. Mesmo não tendo análises aprofundadas acerca do espaço e da urbanização, indiretamente, eles perceberam que o desenvolvimento das cidades não ocorre de forma homogênea. Dessa maneira, as interações entre os núcleos urbanos e seus serviços e indústrias ocorrerem dentro de um campo concorrencial e que rompe as fronteiras locais. Há, portanto, uma profunda competição entre as cidades para o fornecimento de uma localização vantajosa para as diversas indústrias. As mais bem localizadas dentro do processo de produção, de circulação e de consumo das mercadorias, e do próprio capital, se desenvolvem mais que as outras, formando arranjos regionais mais amplos que configuram hierarquias entre os núcleos urbanos. Para Diniz (2009, p. 228),

até a Segunda Guerra Mundial, a questão regional era predominantemente tratada como uma matéria de localização das atividades agrícolas e industriais, conforme comprovam os clássicos trabalhos de Von Thünen (1816: 1966), Weber (1907: 1969) e Lösch (1933: 1954) ou da oferta de serviços e da consequente hierarquia das centralidades urbanas, na formulação de Christaller (1939: 1966). A questão urbana ainda não havia emergido como um problema social e político, à exceção dos Estados Unidos, como bem retratam os trabalhos da Escola de Chicago (Park, 1926; Wirth, 1928; Munford, 1938). (DINIZ, 2009, p. 228).

Por outro lado, estudos como esses, mesmo restringindo o espaço a um dado cartografável e estarem alinhados com modelo civilizador promovido pelo capital, ajudaram em uma primeira aproximação ao entendimento dos fatores indutores do processo de urbanização. Para Perroux (1977, p. 148), o crescimento não acontece de maneira uniforme em toda parte, mas, sim, em polos com intensidades e efeitos variáveis. Esse crescimento acontece pela instalação do que Perroux chamou, em 1955, de indústria motriz, modificado por ele mesmo, em 1961, para empresa motriz (PIETAK, 2011, p. 29). Richardson (1975, p. 163), interpretando a teoria do lugar central de Christaller e Loch, afirma que nessa abordagem a função da cidade é atuar como centro de serviços para o interior e sua condição de centralidade está diretamente associada ao tipo de serviços que oferece. Seus trabalhadores, por seu turno, ganham mais ou menos rendimentos líquidos dependendo do nível do crescimento econômico dessa cidade. As cidades com mais vantagens de localização para a produção atraem indústrias motrizes com maior alcance e capacidade de atração de trabalhadores e de outras indústrias auxiliares, formando círculos imaginários definidos pelo alcance de mercado dos seus bens e serviços. Nesse

sentido, as centralidades com as mais importantes empresas motrizes têm áreas de influência maiores e tendem a ter um maior grau de urbanização.

North, por seu turno, acrescentou dentro da teoria mais geral de determinação da renda o conceito de base de exportação para mostra que o tamanho e a competitividade da região estão diretamente ligados ao seu fluxo de exportações (TIEBOUT, 1977, p. 316). Nessa teoria, a estrutura da economia urbana é composta de duas categorias: atividades básicas que produzem e distribuem bens e serviços para exportar para fora de sua área de influência e atividades não-básicas, cujos bens e serviços são consumidos pelo mercado interno. Segundo esse modelo, as atividades básicas são a chave do crescimento da cidade e da região, pois são fatores multiplicadores. Por outro lado, a dificuldade em distinguir as atividades básicas das não-básicas e em delimitar a área de influência, a superestimação do papel das exportações e a dificuldade em prognosticar o crescimento urbano em longo prazo são algumas das críticas que surgiram a essa teoria.

As abordagens da Economia Regional e da Geografia Teorética são complementares. Nota-se que estas análises ocultam temas caros ao entendimento do processo de urbanização, como a relação de exploração entre capital e trabalho materializada nas cidades pela dimensão espacial assumida pela luta de classes. Dessa forma, pode-se dizer que essas abordagens ocultam contradições imanentes ao processo em questão e se preocupam essencialmente com o que garante o desenvolvimento econômico. Os estudos da Economia Regional tratam o tema da urbanização de forma secundária, mas fornecem importantes modelos acerca dos mecanismos utilizados pelo capital para se apropriar das cidades, visando à minimização dos riscos e a maximização dos seus lucros.

A ausência de crítica e a naturalização das formas com que se dão o acesso e a apropriação das cidades definidas pelas leis de mercado representam um grande e proposital silêncio existente nessas análises. Em outras palavras, a condição de obra da cidade e também seu caráter socialmente produzido são sumariamente ignorados. Não há, explicitamente, o apontamento da historicidade nem da espacialidade da urbanização nas análises e o espaço surge, apenas, como uma colcha de retalhos formada pelos bens de consumo coletivo, pelas empresas, pelas indústrias, pelos indivíduos etc. Não há uma investigação

histórica, espacial ou social mais elaborada desse processo. Pensando na compreensão do fenômeno urbano em sua complexidade, a perspectiva da luta de classes é fundamental para que o processo de urbanização seja compreendido em sua essência, pois foi desencadeado pela chegada da indústria nas cidades e pelo processo de proletarianização de trabalhadores que viviam em relações muitas vezes pré-capitalistas. A urbanização, enquanto parte estrutural do modelo de civilização em questão, não ocorre sem conflitos sociais.

A QUESTÃO URBANA COMO A LUTA PELOS BENS DE CONSUMO COLETIVO

Diferentemente das abordagens anteriores acerca do processo de urbanização, as contribuições ao entendimento do fenômeno urbano desenvolvidas por pesquisadores de inspiração marxista/estruturalista, principalmente por um de seus representantes mais importantes, Manuel Castells, fez avançar a compreensão da urbanização ao estabelecer críticas bem fundamentadas à Escola de Chicago e trazer com mais veemência a luta de classes como algo imanente a esse processo. Castells não considera a ‘cultura urbana’ proposta por Wirth, nem como um conceito nem como uma teoria, mas como “um ‘mito’, já que narra, ideologicamente, a história humana” (CASTELLS, [1972] 2000, p. 136). Castells também critica o empirismo excessivo dessas análises. Para Castells, no início da década de 1970, a politização no ambiente urbano, ausente nos estudos ecológicos da Escola de Chicago e na abordagem da Economia Neoclássica, aparece, mas centrada na crítica à desigual distribuição dos bens de consumo coletivo. Nessa perspectiva, o Estado, enquanto instituição em disputa e também provedor desses bens, está no centro do embate entre as classes. Naquele momento de suas pesquisas, Castells percebia que as empresas estavam, em escala crescente, deixando de investir nas condições de reprodução da força de trabalho e a quase totalidade desses recursos estava passando para os cofres do Estado. Ora, se os recursos utilizados pelo Estado para o fornecimento dos bens de consumo coletivo no espaço urbano também vêm dos salários da própria classe trabalhadora, há uma contradição no fato de os locais de vivência e a qualidade de vida em geral destes serem tão deteriorados em relação aos espaços de produção e ao padrão de vida das elites. Foi principalmente a partir dessa perspectiva que Castells, ainda na década de 1970, buscou compreender as motivações para as agitações e conflitos no espaço urbano.

Em alguma medida, Castells tentava desenvolver uma teoria do espaço, mais especificamente do espaço urbano, mas acabou desenvolvendo uma teoria dos problemas urbanos, pois restringia o urbano apenas ao locus da reprodução da força de trabalho, da indústria e da luta de classes sem, no entanto, apresentar interpretações mais significativas no sentido de compreender a urbanização como um processo social que não se encerra em si mesmo. Na realidade, as contribuições de Castells conduzem os leitores a uma interpretação a-espacial. Naquele momento, Castells estava pensando na produção do espaço urbano como uma totalidade fechada e não religou os nexos de sua análise à dimensão mais ampla desse processo que é a produção social do espaço.

No livro *A Questão Urbana e em outros estudos*, Castells, assim como outros pesquisadores marxistas contemporâneos como David Harvey e Henri Lefebvre, deu sua contribuição para desideologizar o estudo do fenômeno urbano, antes dominado pela sociologia urbana da Escola de Chicago, pela Economia Regional e pela Geografia teórico-quantitativa, trazendo a “politização dos estudos urbanos com o exame dos novos movimentos sociais, de suas reivindicações, de sua dinâmica e de seu relacionamento com o Estado e com os partidos políticos” (SOUZA, 2003, p. 26). No entanto, a forma incompleta e rígida com que o pensamento estruturalista, como o do próprio Castells, entendia os processos sociais deu margem a inúmeras críticas feitas por outros pesquisadores do fenômeno urbano, especialmente Henri Lefebvre, que foi um grande crítico do estruturalismo. Para Lefebvre ([1971] 2000, p. 15-17), o estruturalismo teve sua importância e não deve ser sumariamente desprezado, mas sua rigidez dogmática e a excessiva prioridade conferida aos elementos estruturais da sociedade fazem dessa abordagem uma ideologia, um conhecimento parcelar da totalidade social.

Resumidamente, a abordagem de Castells aplica a estrutura althusseriana⁴ não a todo o espaço socialmente produzido, mas a uma pequena parte dele, o sistema urbano (GOTTDIENER, 1993, p 121). Na visão de Castells,

fundamentalmente, a questão urbana se refere à organização dos meios de consumo coletivo na base da vida cotidiana de todos os grupos sociais: habitação, educação, saúde, cultura, comércio,

⁴ Para Althusser (1996), o modo de produção capitalista funciona de acordo com a estrutura composta pelas seguintes dimensões, da base para o topo da pirâmide: Economia, Política e Ideologia – EPI.

transporte, etc. No capitalismo avançado isso expressa a contradição fundamental entre, de um lado, a crescente socialização do consumo (como um resultado da concentração de capital e de meios de produção), e de outro lado, a lógica capitalista de produção e distribuição de seus meios de consumo, o resultado disso é o aprofundamento da crise nesse setor, ao mesmo tempo, protestos populares demandam a melhoria das condições materiais coletivas de sua existência cotidiana. Em uma tentativa para resolver essas contradições e seus conflitos resultantes, o Estado, cada vez mais, intervém na cidade; mas, como a expressão de uma sociedade de classes, o Estado, na prática, age de acordo com as relações de forças entre as classes e os grupos sociais, geralmente em favor da hegemônica fração da classe dominante. É dessa maneira que os problemas especificados tornam-se globalizados, a questão urbana, cada vez mais, relaciona o Estado ao cotidiano e provoca crises políticas. (CASTELLS, 1978, p. 3, tradução nossa).

Em sua famosa crítica à Lefebvre, Castells o acusa de tratar separadamente a questão urbana, que para ele (Castells) é a disputa entre as classes pelos bens de consumo coletivo, em seus diferentes níveis (CASTELLS, [1972] 2000, p. 150). Não há dúvidas que Castells contribuiu para os estudos urbanos por trazer as primeiras análises mais elaboradas acerca dos movimentos sociais urbanos até então pouco compreendidos. No entanto, a supracitada passagem de seu texto *City, class and power*, de 1978, expressa bem a não compreensão dos escritos de Lefebvre acerca do urbano e da urbanização e reforça a insuficiência de sua visão acerca do urbano, de suas lutas, de suas contradições e de sua dialética, pois ele compreende apenas parte do processo, que é a disputa pelo fornecimento justo dos bens de consumo coletivo.

A luta de classes percebida por Castells parece estar restrita a um Estado que melhor distribua os bens de consumo coletivo. Entende-se que a melhoria das condições de vida da população é fundamental para a reprodução social, mas não basta apenas almejar uma melhor eficiência do Estado moderno, que é a expressão da contraditória sociedade que o produziu, mas, por exemplo, pensar formas de ir retirando aos poucos sua função estrutural na reprodução do espaço, assim como a participação mais justa dos trabalhadores nos lucros das empresas. Como apontou o próprio Marx ([1844] 2010, p. 103), a questão central para a compreensão e crítica à sociedade capitalista está na relação entre capital e trabalho, mais do que na relação entre proprietários e sem propriedade. Atribuindo centralidade à estruturação formal do urbano, Castells buscou apreender a motivação para a politização dos movimentos sociais urbanos restringindo-a à disputa pelos bens de consumo coletivo, o que não garante a superação da divisão de classes, mas, no limite, a sua manutenção.

Como aponta Lefebvre ([1972] 2008, p. 39), o espaço é uma mediação e possui uma função prática e estratégica para o estabelecimento de uma totalidade, não podendo ser tirado ou isolado desse modo de produção, dessa lógica. Para Lefebvre ([1970] 1999, p. 77-98), a realidade urbana, enquanto um espaço socialmente produzido, é também uma mediação dentro de uma lógica e para o estabelecimento de uma totalidade, logo, sua análise requer a compreensão de forma indissociável dos diferentes níveis que atuam, compõem e ou determinam essa realidade; nível global (G), nível mediador (M) e nível privado (P). Na abordagem lefebvriana, o urbano é uma mediação e não um fim a ser alcançado pela ação reacionária ou revolucionária. Dessa forma, no mundo contemporâneo a práxis e o pensamento acerca do fenômeno urbano devem ser conduzidos da dimensão do nível global e monumental (G), que ao invés de desprezado ou supervalorizado, deve ser articulado ao nível privado (P), o nível do habitar, pois esse é o nível das necessidades humanas e é onde, de fato, a vida e o modo de produção se reproduzem.

Nesse sentido, as lutas urbanas devem ir além da disputa pelos bens de consumo coletivo e almejar a possibilidade do direito à cidade, que é a cidadania plena, para que as necessidades humanas possam se manifestar de forma ampla e os seres humanos possam habitar como poetas, amar como poetas, enfim, se apropriar dos seus espaços de vivência como poetas. O direito à cidade, conforme pensado por Lefebvre ([1969] 2001), implica a implosão do cotidiano e a participação efetiva na produção da cidade, enquanto espaço socialmente produzido, algo que a luta apenas pelos bens de consumo coletivo não contempla, apenas reproduz. O espaço, incluindo o espaço urbano, é um meio para a ação e um objetivo pelo qual se luta e não apenas um palco onde os conflitos sociais acontecem. Por isso, tempo e espaço são indissociáveis.

Na abordagem de Castells acerca do fenômeno urbano, está implícita a passividade do espaço diante do tempo pela ideia de que os objetos e as pessoas estão no espaço, cuja função é apenas a de receptáculo das atividades humanas. Não há em Castells a compreensão da produção do espaço, pois a própria ideia de espaço aparece de forma fragmentada e, até mesmo, metafórica em suas análises acerca da urbanização e de outros processos sociais. Em textos mais recentes, como em *A sociedade em Rede*, de 1999, a visão acerca da dimensão espacial dos processos sociais no capitalismo é restringida aos

espaços de fluxos, que são constituídos por três camadas de suportes materiais; circuitos de impulsos eletrônicos (avanços tecnológicos), os nós (centros de importantes funções estratégicas) e a organização espacial das elites dominantes (e não das classes). Acerca do espaço de fluxos, Castells diz que

[...] nossa sociedade está constituída em torno dos fluxos: fluxos de capital, fluxos de informação, fluxos de tecnologia, fluxos de interação organizacional, fluxos de imagem, sons e símbolos. Fluxos não representam apenas um elemento da organização social: são a expressão dos processos que dominam nossa vida econômica, política e simbólica. Nesse caso, o suporte material dos processos dominantes em nossa sociedade será o conjunto de elementos que sustentam esses fluxos e propiciam a possibilidade material de sua articulação em tempo simultâneo. Assim, proponho a ideia de que há uma nova forma espacial característica das práticas sociais que dominam e moldam a sociedade em rede: o espaço dos fluxos. O espaço de fluxos é a organização material das práticas sociais de tempo compartilhado que funcionam por meio de fluxos. Por fluxos, entendo as sequências intencionais, repetitivas e programáveis de intercâmbio e interação entre posições fisicamente desarticuladas, mantidas por atores sociais nas estruturas econômica, política e simbólica da sociedade. Práticas sociais dominantes são aquelas que estão embutidas nas estruturas sociais dominantes. Por estruturas sociais dominantes, entendo aqueles procedimentos de organizações e instituições cuja lógica interna desempenha papel estratégico na formulação das práticas sociais e da consciência social para a sociedade em geral. (CASTELLS, 1999, p. 501).

Por trechos como este acima, percebemos que Castells identifica de forma fragmentada as práticas socioespaciais e sua dimensão espacial sem, no entanto, estabelecer uma teoria do espaço que perpassasse todas elas e que possa estabelecer seus nexos socioespaciais. Ao criticar a ideia de espaço dos fluxos, o espaço das redes, Milton Santos afirma acertadamente que

as redes constituem uma realidade nova que, de alguma maneira, justifica a expressão verticalidade. Mas, além das redes, antes das redes, apesar das redes, depois das redes, com as redes, há o espaço banal, o espaço de todos, todo o espaço, porque as redes constituem apenas uma parte do espaço e o espaço de alguns. O território, hoje, pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede. São, todavia, os mesmos lugares que formam redes e que formam o espaço banal. São os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalizações diferentes, quiçá divergentes ou opostas. (SANTOS, 1994, p. 16).

Nessa passagem supracitada é importante apontar que a ideia de espaço banal apontada por Milton Santos é análoga ao espaço socialmente produzido de Henri Lefebvre e representa a escala mais ampla da materialização da sociedade no espaço. Nessa perspectiva, as redes seriam, assim como o espaço urbano, apenas uma parte do espaço socialmente produzido que servem ao processo de acumulação.

Essa fragmentação da totalidade social promovida por Castells e combatida por autores como Henri Lefebvre e Milton Santos compromete a utilização de aportes teóricos como este para uma interpretação do fenômeno urbano em toda a sua complexidade. A urbanização, enquanto processo de produção social de um espaço, não pode ser entendida como uma “coleção de coisas, numa soma de fatos (sensíveis), assim como não consiste em um vazio preenchido” (LEFEBVRE, [1974] 1991, p. 27, tradução nossa). O espaço de fluxos é parte de processos socioespaciais e, portanto, atuam em escalas múltiplas. Não há, em Castells, uma articulação teórica que dê conta da dialética relação entre as distintas lógicas que produzem o espaço; o concebido, o vivido e o percebido. No entanto, análises como as de Castells não devem ser sumariamente descartadas, mas anexadas às dimensões da realidade que buscamos compreender suas determinações, cabendo ao leitor religar os nexos com a totalidade dos processos sociais.

A URBANIZAÇÃO COMO CONDIÇÃO GERAL DE PRODUÇÃO (CGP)

Outras contribuições importantes para o entendimento do fenômeno urbano advêm de abordagens que tentam transpor os conceitos e categorias da crítica da economia política de Marx para a compreensão do processo de urbanização. O privilégio conferido à questão econômica das análises de Marx como se esta fosse a determinante de todas as outras dimensões da realidade social pode ser explicada pelo contexto marcado pelo domínio do Estado fordista e de um modo de produção ainda sem a flexibilidade adquirida com a reestruturação produtiva da década de 1970. Entre os trabalhos mais importantes sobre essa perspectiva muitos deles são de David Harvey, especialmente *The Limits to Capital*⁵, que trata da urbanização, tendo como referencial teórico a crítica da economia política de Marx. A tentativa de explicar a urbanização pela crítica da economia política de Marx fez avançar o conhecimento acerca dessa realidade e conferiu grande importância a Harvey, Lojkin, Topalov, Préteceille, entre outros, dentro das ciências sociais. Esses pesquisadores mostram como as cidades, aos poucos, vão sendo transformadas em capital. Suas análises permitem, entre outras coisas, que se compreenda como o espaço abstrato, que é uma categoria lefebvriana, vai sendo configurado. Por essa

⁵ Livro traduzido para a língua portuguesa apenas em 2013 com o nome de *Os Limites do Capital*.

perspectiva, pode-se compreender por que a urbanização é condição para a reprodução ampliada do capital, pois as grandes aglomerações concentram a força de trabalho necessária em grande quantidade⁶, a infraestrutura para a produção e para o escoamento dessa produção e o mercado consumidor para essas mercadorias. Essa perspectiva é importante para que se possa entender o fato de o valor de troca das cidades ter passado a prevalecer em relação ao valor de uso. Para Topalov (1979, p. 20, tradução nossa), que fez pesquisas importantes para a compreensão da relação entre a lógica do capital e a urbanização,

a cidade constitui uma forma de socialização capitalista das forças produtivas. Ela é o resultado da divisão do trabalho e é uma forma desenvolvida de cooperação entre unidades de produção. Em outras palavras, para o capital, o valor de uso da cidade reside no fato de que ela é uma força produtiva, porque concentra as condições gerais da produção capitalista. Essas condições, por sua vez, são as condições de produção e de circulação de capital e de reprodução da força de trabalho. São, também, o resultado do sistema espacial dos processos de produção, de circulação e de consumo; processos que contam com suportes físicos, ou seja, objetos materiais incorporados ao solo (as propriedades). (TOPALOV, 1979, p. 20, tradução nossa).

Na abordagem de Topalov, a contradição central reside no fato de a cidade ser um sistema composto por um conjunto de elementos que possuem sua dinâmica autônoma. Esses elementos têm como base um objeto imobiliário, que é um produto que circula de forma independente dos outros. Alguns desses elementos circulam como mercadorias e outros não. Os elementos utilizados como valor de uso pelo capital não necessariamente serão produzidos por ele, mas pelo Estado (TOPALOV, 1979, p. 20, tradução nossa). O autor mostra que a cidade e seus elementos imobiliários e estruturais constitutivos possuem valor de uso para a acumulação por serem capital fixo. A urbanização, nessa abordagem, pode conduzir a uma personificação do capital, pois esses fenômenos seriam o resultado da iniciativa não articulada dos diversos capitalistas individuais, ou seja, “uma multidão de processos privados de apropriação do espaço. Cada um deles está determinado pelas próprias regras de valorização de cada capital particular, de cada fração do capital” (TOPALOV, 1979, p. 20, tradução nossa). No meu entender, reduzir a urbanização à vontade dos diversos capitais individuais e suas necessidades reprodutivas empobrece a compreensão de um processo que extrapola as vontades individuais. Há um planejamento para que esse fenômeno aconteça. O capital é um processo que é regido por uma lógica

⁶ Inclusive em excesso.

voltada para a acumulação, a qual todos somos afetados direta ou indiretamente e não por esse ou por aquele indivíduo, por isso, é importante que se compreenda essa lógica e o papel estrutural do Estado.

A excessiva atenção aos aspectos econômicos da realidade social em detrimento a elementos políticos ou culturais que esse processo também carrega garante um aspecto pessimista em relação às possibilidades de transformação social. Estudos com um viés economicista deixam a desejar por não aprofundarem a questão dos movimentos sociais urbanos, as lutas por melhores condições de vida, as práticas espaciais não alinhadas à reprodução do valor, enfim, a própria dialética que o fenômeno urbano carrega. A reprodução ampliada do valor reproduz de forma ampliada, também, suas contradições e são elas que indicam caminhos para a superação da ordem estabelecida. O estranhamento das pessoas em relação à cidade em que vivem é um forte indício de descontentamento à apropriação das cidades pelo capital e ao forte controle exercido pelo Estado.

Os diversos protestos tipicamente urbanos ao redor do mundo, incluindo os que ocorreram na Turquia e no Brasil, em junho de 2013, indicam que o ambiente urbano, assim como todo o espaço socialmente produzido, é repleto de contradições. Essas manifestações não são necessariamente revolucionárias, mas indicam certo estranhamento em relação às condições em que a reprodução social tem se realizado. Essas manifestações, em certa medida, acabam indo ao encontro do que apontou Castells, ao dizer que é a luta pelos bens de consumo coletivo fornecidos pelo Estado o motivo das lutas urbanas e de seus movimentos sociais. Entretanto, não podemos descartar a possibilidade que esses movimentos também carregam consigo por representarem um primeiro contato de grande parte dessas pessoas com a ação política. Tendo a cidade não somente como o palco dos enfrentamentos, mas como uma mediação, a atividade política adquire um viés espacial, o que pode ser o início para o desenvolvimento de estratégias urbanas mais contundentes em direção à práxis urbana transformadora e a ideia lefebvriana do direito à cidade. É apenas o início, mas não pode ser descartado. Tais manifestações acabam sendo perdidas de vista quando o olhar é fixado apenas nos aspectos econômicos dessa realidade tão complexa.

Harvey (1981, p. 91, tradução nossa) infere que acumulação e luta de classes são temas gêmeos como dois lados da mesma moeda e são diferentes janelas para ver a totalidade da atividade capitalista. Ao transportar categorias de Marx como capital fixo, valor, valor de uso, valor de troca e mais-valia para o processo de urbanização, Harvey mostra como o ambiente construído das cidades se torna capital. Para Harvey,

surgem circunstâncias em que o capital fixo aparece não como um mero instrumento de produção dentro do processo produtivo, mas como uma forma independente de capital, na forma de ferrovias, canais, estradas, aquedutos, melhorias na terra, etc. O Capital fixo de tipo “independente” pode ser distinguido do capital fixo atrelado imediatamente ao processo produtivo por uma específica função por ele realizada em relação à produção – em ato, conforme Marx salientou, ele funciona como “condição geral de produção”. (MARX, [1941⁷] 1973, pp. 686-7 apud HARVEY, [1982] 1990, p. 226, tradução nossa, grifos do autor).

Harvey entende que a urbanização implica a criação de uma infraestrutura física para a produção, circulação, troca e consumo, então, deve-se considerar a maneira que esse ambiente construído é produzido e a sua função enquanto um recurso do sistema – um complexo de valor de uso para os capitais (capital fixo) – para a produção de valores e mais-valia (HARVEY, 1981, p. 91, tradução nossa). Como aponta Fainstein (1997, p. 20, tradução nossa), “em sua ênfase no mercado imobiliário, Harvey mostra como arranjos espaciais são usados para aumentar a lucratividade da propriedade do capital à custa dos moradores urbanos”. Em linhas gerais, a perspectiva de Harvey conduz à impossibilidade de o capital solucionar suas contradições internas materializadas nas crises de superprodução, subconsumo, desemprego, subemprego, queda na taxa de lucro, poucas oportunidades de investimentos etc. As crises seriam sintomas dessa desregulação cíclica imanente ao processo de acumulação e “podem se manifestar tanto na produção quanto no consumo, e em qualquer uma das fases da circulação e da produção do valor” (HARVEY, [1975] 2005, p. 43). Por essa perspectiva de análise, o processo de urbanização, enquanto capital fixo e ambiente construído para e pelo capital, é em si mesmo capital e seria o termômetro dessas contradições e uma barreira à reprodução ampliada do capital. Reproduzir o ambiente construído demanda uma complexa articulação no âmbito da luta de classes e o Estado, de diversas formas, assume essa função estratégica por meio da regulação do

⁷ Esses Manuscritos foram finalizados por Marx, em 1858, mas só foram publicados postumamente, em 1941.

sistema de crédito para financiar investimentos de alto custo para o capital, pontes, estradas etc., a imposição de leis que preservam a propriedade privada e o controle ideológico. Capital é trabalho, logo, as crises são a incapacidade das grandes somas de capital acumulado explorarem mais trabalho, sendo a desproporção entre os montantes de capital fixo e circulante uma das causas. O Estado, além de regular o mercado, acaba tendo que intervir no ambiente construído das cidades por meio de reestruturações de base territorial, visando à geração de empregos e a modernização do capital fixo útil ao processo de produção, circulação e consumo das mercadorias. Desse modo, a ação do Estado no processo de urbanização é estrutural para solucionar as crises, pois permite que o capital encontre novas oportunidades de investimento para explorar mais trabalho. Segundo Harvey ([1975] 2005, p. 44-45), as crises criam condições para diversos tipos de racionalização arbitrária no sistema de produção capitalista com custos sociais elevados, que podem gerar, de um lado, movimentos revolucionários, e de outro, reações de caráter até fascistas. Em suma, as crises, nessa perspectiva, tendem a criar condições para a renovação das condições de acumulação. Por outro lado, temos que fazer um esforço para pensarmos as crises também como momentos de ruptura e de possibilidades de transformações sociais mais amplas. É importante que as camadas não hegemônicas da sociedade também saibam se apropriar desses momentos de crise. O perigo de análises com um viés mais ortodoxo e que enxergam apenas os elementos econômicos da realidade social é justamente o fato de não verem que há algo de não homogêneo e há aberturas em meio ao caos homogeneizante.

A partir do que foi exposto, nota-se o quanto as análises que conferem centralidade à cidade como condição geral de produção são fundamentais para a compreensão do processo de urbanização. No entanto, algumas críticas a essa abordagem são relativas à grande centralidade conferida às determinantes econômicas e ao seu caráter a-espacial, pois deixam de considerar a atuação dos diversos movimentos sociais e outros aspectos importantes como, por exemplo, a dimensão histórica, as questões ambientais e a própria produção do espaço. De acordo com Fainstein,

a deficiência mais óbvia da abordagem da Economia Política é também sua grande força - seu ponto de partida na base econômica das cidades. Identificando a lógica econômica da urbanização capitalista, a economia política delinea – eu penso que corretamente – os limites da reforma e do recorrente processo que continuamente gera desenvolvimento econômico desigual, subordinação e insegurança. Mas, esse privilégio do econômico nas explicações leva a uma

mecânica circulação de interesses reais, tanto quanto a uma negação da validade das percepções subjetivas que guiam o comportamento humano. (FAINSTEIN, 1997, p. 23, tradução nossa).

Pensando na perspectiva política, Fainstein (1997, p. 23 a 25) aponta que a abordagem da Economia Política da Urbanização apresenta três sérios problemas; a pouca importância conferida às individualidades e necessidades das minorias de diversas naturezas (feministas, negros, religiosos etc.), dificuldades em promover a eliminação das desigualdades econômicas sem homogeneizar os interesses e os estilos de vida e a dificuldade de convencer a parte da sociedade que possui uma condição de vida estável a apoiar mudanças que poderiam fazê-los perder essa sua estabilidade. A abordagem da Economia Política de inspiração marxista não aprofunda a investigação dos movimentos sociais e das práticas individuais que contestam a ordem imposta. Mesmo que essas práticas não sejam representativas do ponto de vista de uma transformação mais abrangente, elas fazem parte do cotidiano de qualquer cidade ou metrópole e surgem para mostrar que, se há um grande conformismo por parte da maioria, o estranhamento em relação ao capital ainda existe e é a prova inequívoca de que o espaço abstrato não consegue homogeneizar a tudo e a todos, apesar de almejar isso.

Por outro lado, o desconhecimento dos escritos da Economia Política, impede que se compreenda a lógica do capital aplicada ao ambiente construído das cidades, que é uma parte importantíssima da compreensão da dinâmica urbana. Em países da chamada periferia do capitalismo, por exemplo, os estudos da Economia Política são indispensáveis para a compreensão do processo de produção do espaço nas metrópoles, que, seja pela ação do Estado ou do capital, “na prática, atende essencialmente às necessidades da acumulação e reprodução do capital, em detrimento do espaço da reprodução social” (COSTA, 2009, p. 1).

A URBANIZAÇÃO EM UMA PERSPECTIVA PÓS-ESTRUTURALISTA

Outras significativas contribuições para a compreensão da realidade que surge com a urbanização vêm de estudos e autores inscritos no chamado pós-estruturalismo. Autores como Foucault, Deleuze e Baudrillard, cujas ideias e insights extrapolam o pós-estruturalismo e o tema da urbanização, mas

possuem uma conexão com esse processo, pois, em linhas gerais, nos mostram como “as funções da forma urbana manipulam a consciência” (FAINSTEIN, 1997, p. 26, tradução nossa) e as práticas sociais. Ao tentarem romper e ir além das insuficiências das abordagens dos estruturalistas e dos economistas políticos, estes estudos buscaram compreender e dar mais visibilidade a outros elementos que constituem a vida moderna.

O estudo de temas como a sexualidade, a loucura, o poder, as diferenças de gêneros, a cor, a raça etc retratam o resgate de problemáticas reais componentes de uma realidade complexa, mas que vinham sendo ignoradas ou compreendidas, predominantemente, por uma perspectiva econômica, inclusive nos estudos urbanos. Questões relativas à opressão das mulheres em uma sociedade machista, por exemplo, motivaram e ainda motivam análises com caminhos alternativos aos dos estruturalistas e da Economia Política de inspiração marxista, pois tais problemáticas não eram contempladas pelas abordagens dominantes. A imensa aglutinação de pessoas nas cidades e metrópoles tornam ainda mais visíveis questões relativas à esfera cultural, pois modos de ser e de agir ditos tradicionais ou modernos entram em choque e desses embates brotam, constantemente, uma nova cultura, uma nova política, novos valores, uma nova moral etc.

Essas questões trabalhadas por esses autores são resíduos de relações obscurecidas na modernidade e pouco ou nada vinham sendo analisadas dentro da teoria social crítica. O machismo, por exemplo, é anterior ao capitalismo e advém das primeiras sociedades patriarcais. Em linhas gerais, os chamados pós-estruturalistas privilegiam os aspectos culturais e colocam em segundo plano outras dimensões da realidade, como o espaço, por exemplo, o que fragiliza algumas de suas análises acerca de processos como a urbanização. Nessa abordagem, os pesquisadores privilegiam o estudo da linguagem e da psicologia dos indivíduos, grupos e classes sociais diversos, portanto, a utilização desses estudos para a compreensão da urbanização demanda a capacidade de ligação dos nexos dessas questões a uma dimensão espacial, que é o próprio fenômeno urbano e o processo mais amplo que é a problemática do espaço.

A perspectiva espacial é muito vaga nas análises pós-estruturalistas. Lefebvre ([1974] 1991, p. 8, tradução nossa) diz que, apesar de utilizar metáforas espaciais, Foucault nunca explica a que espaço ele se refere em suas análises, nem como ele preenche as lacunas entre o teórico e prático, o social e o mental e entre o espaço dos filósofos e das pessoas. No entanto, seus estudos sobre o poder, a prisão e a loucura permitiram aprofundar e desvendar questões, até então, interditas. São questões essenciais para o aprofundamento de dimensões do fenômeno urbano, vividas constantemente no cotidiano. Basta uma caminhada pelas ruas dos centros comerciais de qualquer cidade para se perceber que a vigilância feita remotamente está por todas as partes e isso demonstra relações de poder em que a vigilância molda os comportamentos (FOUCAULT, [1975] 1987). Ademais, a repressão, a desconfiança ou os preconceitos não atingem a todos com igual intensidade, pois há relações dissimétricas entre os indivíduos por conta de sua raça, sexualidade, classe social, de seu grau de sanidade, grau de escolaridade etc. Enfim, esse tipo de abordagem não permite uma visão de conjunto do urbano e de seu cotidiano, enquanto espaço socialmente produzido, mas é importante para desvendar seus fragmentos. Em seus estudos acerca da cidade, os pós-estruturalistas, em linhas gerais, teorizam contra a falsa heterogeneidade, a artificialidade das relações e a falsa diversidade presentes nas cidades contemporâneas (FAINSTEIN, 1997, p. 27, tradução própria)⁸. Sendo o urbano também uma possibilidade de transformação social, um objeto em disputa, pensamos que é preciso conectar as análises dos diversos embates em que há dissimetrias de forças com a dimensão espacial assumida por elas.

Os conflitos de interesses divergentes estão disseminados nas falas e nas práticas cotidianas, não somente no ambiente urbano, mas em todo o espaço social, e diferem de acordo com a cultura de cada localidade. Enfatizar esses embates e trazer à tona esses grupos antes sem voz mostra a diversidade humana, mas, também mostram o estado fragmentado que as práticas sociais assumem. Evidentemente, tais questões e lutas ganham mais força e notoriedade no ambiente urbano. Apesar de reconhecer a importância dessas análises, é preciso dizer que elas fragmentam as lutas sociais urbanas

⁸ Em nota, Fainstein (1997), infere que Foucault, ao contrário de seus seguidores, rejeita visões que visam resgatar modos de vida arcaicos como modelo substituir a vida moderna.

em diversas e pequenas partes aparentemente desconexas, mas que, essencialmente, possuem conexão com o processo de totalização em ato e em potencial.

Diante dessas discussões, uma questão se coloca. O que conecta esses embates em que há uma dissimetria de poder? Creio que a ligação que existe entre esses diferentes embates seja a sua dimensão espacial, pois todos eles materializam-se no espaço socialmente produzido.

A URBANIZAÇÃO PELA PERSPECTIVA DA DIALÉTICA SOCIOESPACIAL: O RESGATE DO ESPAÇO NA TEORIA SOCIAL CRÍTICA

No âmbito da teoria social crítica, o espaço permaneceu encoberto pelo tempo, sendo relegado a um posto secundário nas análises. Toda uma linhagem de pensadores marxistas e não marxistas privilegiavam a dimensão temporal da relação entre capital e trabalho e, mesmo os que tratavam do processo de urbanização, conforme anteriormente discutido, relegavam a perspectiva espacial. Subestimava-se, portanto, a dimensão espacial do processo de objetivação humana. No entanto, compreender a dimensão espacial dos processos sociais é fundamental para uma aproximação teórica e prática do real, especialmente, das estratégias de reprodução do capital, em que o espaço é um elemento mediador e, por isso, possui função vital.

O próprio Marx, em *O Capital* ([1867] 2011), já tinha em conta a importância do espaço para o processo de valorização do capital, mesmo não tendo abordado diretamente a problemática espacial em suas análises. É a abordagem dialética e apontada para a totalidade dos processos sociais que indica a forma não fragmentada das análises de Marx, que, ao contrário do que diziam os estruturalistas, não priorizavam uma ou outra dimensão da realidade, pois todas tinham sua função dentro do processo social em questão, o capital. Martins (1999) mostra como Henri Lefebvre conseguiu apreender a dimensão espacial dos conceitos e categorias de análise de Marx e incorporar novos elementos sem perder o essencial da teoria marxiana, indo além das análises feitas pela Ecologia Humana, pela Economia Regional e pela Geografia Teórica, pela ala marxista/estruturalista, pela Economia Política marxista e pelos pós-estruturalistas.

Uma das mais importantes contribuições de Lefebvre à compreensão da urbanização, por exemplo, foi trazer para o primeiro plano a problemática do espaço sem diminuir importância da dimensão temporal ou perder de vista a dialética. Certas ortodoxias dentro do pensamento marxista, como o estruturalismo, apartavam as dimensões culturais e políticas, assim como as próprias relações sociais das forças de produção, no limite, o crescimento das forças produtivas era encarado como o sujeito da própria história (MARTINS, 1999, p. 27). Apesar de afirmar que teoria e prática são indissociáveis, a grande contribuição de Lefebvre em relação à aproximação do real foi essencialmente teórica (COSTA, 2013, p. 171), principalmente com o desenvolvimento de sua teoria do espaço e de sua produção, que avançaram no sentido de religar os nexos entre as diversas abordagens dentro da teoria social crítica, tendo como ponto de partida as ideias de Marx. Lefebvre não fetichiza as ideias de Marx e avança em relação ao entendimento da dimensão espacial dos processos sociais, realizando a passagem da crítica da economia política das coisas no espaço para a economia política do espaço (LEFEBVRE, [1974] 1991, p. 299). Acerca da crítica da economia política do espaço desenvolvida por Lefebvre, Martins (1999, p. 27) diz, que

uma determinada ciência parcelar, no caso a economia política, fecha-se numa pretensa síntese e representa as demais ciências parcelares como suas auxiliares, suas criadas, suas servas, porque tal síntese só se verificaria no seu terreno, a partir de seus dados, de sua terminologia, de seus conceitos e teses⁹. A economia política do espaço e suas vassalãs sempre figuraram como ciência do espaço, como uma ciência que tem o espaço como objeto, devotada ao estudo de suas propriedades formais, das coisas e das pessoas que nele existem, onde se localizam, os fluxos que nele se desdobram, as redes que se constituem, etc. Se é correto e importante reconhecer esse momento, pois é até metodologicamente indicado que antes de se chegar às contradições do espaço a abordagem inicie por reunir tais fragmentos, é ainda mais importante ter clareza de que a reflexão teórica não pode se limitar à descrição e enumeração das Coisas no espaço. A ciência não pode permanecer formal. No que concerne à projeção, no terreno, das relações referentes à produção e ao consumo das Coisas e a consequente constituição de lugares diferenciados pelas funções que neles se exerceram, trata-se ainda de dados imediatos que dão visibilidade a tais relações, mas que não permitem compreendê-las. (MARTINS, 1999, p. 27).

Portanto, pode-se dizer que as contribuições de Lefebvre estão na vanguarda do pensamento crítico atual, pois carregam consigo a dialética de Marx. Edward Soja, por seu turno, resgata o grande embate dentro da teoria social crítica que consistia na tentativa de superação do paradigma acerca da prevalência do tempo e a ausência do espaço nas ciências sociais. Uma das mais significativas

9

contribuições de Soja foi dar um conceito ao termo espacialidade a partir da noção lefebvriana de espaço socialmente produzido, em que “o espaço em si pode ser primordialmente dado, mas a organização e o sentido do espaço são produto da translação, da transformação e das experiências sociais” (SOJA, 1993, p. 101).

Por esse prisma, podemos inferir que as ciências sociais não devem objetivar apenas a compreensão do que é o espaço cartografável e mensurável, pois isso é tarefa essencialmente das ciências formais. Às ciências sociais interessa compreender a função estratégica do espaço dentro de uma totalidade da qual se deseja conhecer suas determinações. Soja segue a trilha de Lefebvre, que por décadas lutou praticamente sozinho tentando trazer as análises espaciais para o centro do debate sem cair em um “fetichismo do espaço”, no qual o espaço adquire vida independente de seus produtores, a sociedade. Gottdiener (1993, p. 125) infere que as preocupações espaciais foram introduzidas nas análises marxistas circunscritas dentro de um arranjo que focalizava o desdobramento, no espaço, de estruturas econômicas, políticas e ideológicas (EPU), em especial, o enfoque estruturalista. Porém, não havia na abordagem estruturalista elementos teóricos que dessem conta de religar os nexos existentes entre os diversos espaços, tempos e escalas que compunham aquela realidade. Com a dissipação dos objetos de pesquisa, das instituições e dos conceitos da abordagem marxista/estruturalista e da crítica da economia política (TOPALOV, 1988, p. 5)¹⁰, essencialmente a cidade fordista/keynesiana, consequência das transformações da realidade social no contexto das economias centrais do capitalismo, essas perspectivas tornaram-se insuficientes para a compreensão dos processos sociais. Nesse momento histórico, a dimensão espacial começa a ganhar importância dentro da teoria social crítica.

Na perspectiva lefebvriana, o espaço é um meio e não um fim ou um começo, servindo a uma lógica. Nesse sentido, a urbanização é uma parte componente do processo de produção do espaço social, assim como o rural, e sua existência social possui sentido dentro de determinada lógica que o produziu. Do

¹⁰ Esta passagem faz referência a um momento de transformações significativas em diversas frentes da sociedade. O modo de produção capitalista passava por uma de suas maiores crises e dessa turbulência a acumulação flexível surgiu como possibilidade de superação momentânea para a crise. Esse tema está mais bem desenvolvido por Topalov (1988).

mesmo modo que o espaço pode ser usado para a dominação ele pode ser revertido em um meio para as estratégias de luta e resistência. Assim, o urbano em Lefebvre é um objeto teórico em ato e em potencial voltado para os estudos, não uma realidade acabada, e representa a proposta do autor para a retomada da utopia e para a transformação social (LEFEBVRE, [1969] 2001, p. 111-112). Partindo da premissa de que o possível faz parte do real (LEFEBVRE, [1970] 1999, p. 51), o urbano pensado por Henri Lefebvre possui essa particularidade de ser, essencialmente, uma virtualidade inspiradora para fazer nascerem outras utopias que vislumbrem o novo, o diferente e o inesperado por meio do que ele chamou de práticas urbanas (LEFEBVRE, [1970] 1999, p. 18). Não há, entretanto, uma receita pronta para a materialização dessa utopia em Lefebvre, pois ele propõe uma abertura ao invés do fechamento do pensamento e da ação social.

Harvey (2000), por seu turno, promove uma crítica à Lefebvre quanto à questão da transformação social em seus textos. Para Harvey, Lefebvre nos deixa órfãos justamente por não apontar formas concretas de por em prática seus tão bem elaborados aportes teóricos de aproximação com o real. Harvey infere que a abertura proposta por Lefebvre não dá conta dos problemas a serem enfrentados para a transformação social materializar-se no espaço e no tempo, sendo necessário e inevitável um fechamento.

Esses são debates que ainda não foram encerrados dentro do pensamento social crítico e demandam mais reflexões. Porém, entende-se que a perspectiva espacial aberta de Lefebvre é a mais avançada contribuição para o entendimento do fenômeno urbano e de tantos outros processos sociais, pois reflete a maior heterogeneidade de práticas do contexto atual. Um novo fechamento, como foi o socialismo soviético, por exemplo, poderia ser uma nova forma de limitação ao pensamento e a ação e é justamente aquilo que o pensamento crítico emancipador busca eliminar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo mostrou que não há uma única teoria que dê conta de toda a complexidade o fenômeno urbano, embora, haja muitas abordagens que estudem seus fragmentos. Se a compreensão teórica da

totalidade de um objeto acabado não é das tarefas mais fáceis, imagine compreender a totalidade de um objeto que também está no campo do possível. A complexidade dos processos socioespaciais caracteriza o urbano sob o sistema capitalista, pois há múltiplas escalas, dimensões, interesses etc, levando a análises e teorias com um poder de explicação parcial dessa realidade. Entretanto, não devemos simplesmente ignorá-las, mas tentar perceber quais os limites e possibilidades explicativos dessas análises em relação à realidade que estamos estudando e às escalas mais amplas. A urbanização é parte essencial de um processo civilizador mais amplo, que envolve as dimensões política, econômica, cultural, espacial, social, psíquica etc. Portanto, sua análise parcial desconectada com uma dimensão mais ampla compromete o desvendamento de sua razão de ser.

O urbano, enquanto uma virtualidade possível (LEFEBVRE, [1970] 1999, p. 47), brota nos jardins utópicos do imaginário como uma possibilidade de emancipação social. Mas em meio à materialidade das relações de produção e do ambiente construído surgido do “processo de implosão/explosão das cidades” (LEFEBVRE, [1972] 2008, p. 26) é complexo compreender de forma teórica e prática o que ele é e o que de fato representa a urbanização da sociedade. A teoria geral do espaço e de sua produção de Henri Lefebvre se mostra muito perspicaz para a compreensão dos processos socioespaciais e representa um significativo avanço teórico, estando na vanguarda dos estudos urbanos. Esta teoria permite que a partir dela seja possível o desenvolvimento de análises que transitem pelas diversas escalas em que os processos analisados estão inseridos.

A intenção de resgatar mesmo de maneira não muito aprofundada algumas das abordagens mais difundidas acerca do fenômeno urbano objetivou sinalizar seus limites e possibilidades diante de um processo aberto que se generaliza, o capital, e que afeta a vida de milhares de pessoas ao redor do mundo, mas, que, no entanto, não pode ser compreendido a partir de seus fragmentos tomados como totalidade em si mesmos. Em cada formação econômico-social sob o modo de produção capitalista o processo de urbanização assume características particulares e há a necessidade de se conhecer tais particularidades. É, portanto, necessária uma articulação entre a realidade empírica e os aportes teóricos que estudam aspectos mais gerais para que se possa captar o movimento da realidade.

A urbanização, sem dúvidas, é a materialização, nas cidades, da utopia capitalista. No entanto, na evolução desse processo, a luta de classes e outros conflitos sociais também passam a ser urbanos, implicando que sejam entendidas as contradições e a dialética dessa nova realidade. A divisão do trabalho entre cidade e campo, por outro lado, não implica uma separação entre essas duas realidades, pois ambas são partes que compõe o espaço socialmente produzido. O que há é uma diferenciação de funções em um mesmo modo de produção.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado. In: ŽIŽEK, Slavoj. (Org.). **Um mapa da ideologia**. Trad. RIBEIRO, Vera. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 105-152.
- BASSET, K.; SHORT, J. **Housing and residential structure: alternative approaches**. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1980.
- BENEVOLO, Leonardo. **As origens da urbanística moderna**. Lisboa: Editora Presença. 1983.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- CASTELLS, Manoel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. (1ª impressão), [1972] 2000.
- CASTELLS, Manoel. **City, class and power**. Londres: The Macmillan Press, 1978.
- CASTELLS, Manoel. O espaço de fluxos: In _____. **A sociedade em rede**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. p. 467-521.
- COSTA, Geraldo. Magela. Produção do espaço metropolitano em Belo Horizonte, Brasil: revisitando a economia política da urbanização. In: 12º encontro de geógrafos de América Latina, Montevideo: Easy Planners, 2009. v. 1. p. 1-14.
- COSTA, Geraldo. Magela. Aproximação entre teoria e a prática urbana: reflexões a partir do pensamento de Henri Lefebvre. Revista UFMG, Belo Horizonte: v. 20, n° 1, p. 168-189, 2013.
- DINIZ, Célio Campolina. Celso Furtado e o desenvolvimento regional. Nova Economia, vol.19 n°2. Belo Horizonte: 2009, p. 227-249. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/neco/v19n2/a01v19n2.pdf>>. Acesso em: 20 novembro 2015.
- FAINSTEIN, Susan. Justice, politics and the creation of urban space. In: MERRIFIELD, A.; SWYNGEDOUW, E. 1997. **The urbanization of injustice**. New York: New York University Press, 1997. p. 18-44.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Trad. RAMALHETE, Raquel. Petrópolis: Vozes, [1975] 1987.
- GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1993.
- HARVEY, David. A geografia da acumulação capitalista: uma reconstrução da teoria marxista. In: HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, [1975] 2005. p. 39-71.

- HARVEY, David. The urban process under capitalism. In: DEAR, M. ; SCOTT, A. J. **Urbanization and urban planning in capitalist societies**. New York: Methen and co. 1981. p. 91-122.
- HARVEY, David. **Los limites del capitalismo y la teoría marxista**. México: Fondo de Cultura Económica, [1982] 1990.
- HARVEY, David. **Espaços de esperança**. Trad. SOBRAL, A. U.; GONÇALVES, M. S. São Paulo: Loyola, 2000.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Trad. FRIAS, R. E. São Paulo: Centauro, [1969] 2001.
- LEFEBVRE, Henri. A revolução urbana. Trad. MARTINS, S. Belo Horizonte: Editora UFMG [1970] 1999.
- LEFEBVRE, Henri. **Más allá del estructuralismo**. Editado por Elaleph.com, [1971] 2000. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/4799790/lefevre-henri-mas-alla-del-estructuralismo>
- LEFEBVRE, Henri. Espaço e política. Trad. ANDRADE, M. M.; MARTINS, S. Belo Horizonte: Editora UFMG, [1972] 2008.
- LEFEBVRE, Henri. **The production of space**. Oxford: Blackwell. 3^o ed. [1974] 1991.
- LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista**. São Paulo: Editora Cortez, 1985.
- MARTINS, Sérgio. Crítica à economia política do espaço. In: DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. L. (Org.). **O espaço no fim de século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 13-41.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Trad. RANIERI, Jesus. São Paulo: Boitempo [4^a – reimpr.], [1844] 2010.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I. Trad. SANT'ANNA, R. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1867] 2011.
- PARK, Robert. Erza. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, O. G. (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, [1916] 1973. p. 25-66.
- PERROUX, François. O conceito de polo de crescimento. In: SCHWARTZMAN, J. (org.). **Economia regional; textos escolhidos**. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977, p. 145-156.
- PIETAK, Lukasz. **Los polos de crecimiento – característica**. Revista de Administração e Negócios da Amazônia, v.3, n.1. 2011, p. 25-34. Disponível em: <<http://www.periodicos.unir.br/index.php/rara/article/view/186/224>> Acesso em: 20 novembro 2015.
- RICHARDSON, Harry William. Crescimento urbano. In: RICHARDSON, H. W. **Economia regional, teoria da localização, estrutura urbana e crescimento regional**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. p. 161-187.
- SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, M. et al. (Org.) **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1994. p. 15-20.
- SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O. G. (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, [1902] 1973. p. 10-24.
- SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- SOUZA, Marcelo Lopes. **Mudar a cidade: uma introdução ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

TIEBOUT, Charles M. As exportações e o crescimento econômico regional In: SCHWARTZMAN, J. (org.). **Economia regional; textos escolhidos**. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977, p. 314-323.

TOPALOV, Christian. **La urbanization capitalista: alguns elementos para su análisis**. Mexico: editorial Edicol Mexico, 1979.

TOPALOV, Christian. **Fazer a historia da pesquisa urbana: a experiência francesa desde 1965**. São Paulo: Espaço e Debates, v. 1, n. 23, 1988. p. 05-30.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, O. G. (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, [1938] 1973. p. 89-112.